

PREVALÊNCIA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR EM ESCOLARES DA ZONA RURAL DE PELOTAS, RIO GRANDE DO SUL

NATASHA RODRIGUES REIS¹; LUÍSA BORGES TORTELLI²; CHIRLE DE OLIVEIRA RAPHAELLI³; IVANA LORAINÉ LINDEMANN⁴; LUDMILA CORREA MUNIZ⁴; SAMANTA MADRUGA WINCK⁴

¹*Universidade Federal de Pelotas. Faculdade de Nutrição. Curso de Nutrição – natasharreis@hotmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas. Faculdade de Nutrição. Programa de Pós-Graduação em Nutrição e Alimentos – luisa.tortelli@hotmail.com²*

³*Universidade Federal de Pelotas. Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel. Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia de Alimentos – chirleraphaelli@hotmail.com*

⁴*Universidade Federal de Pelotas. Faculdade de Nutrição. Departamento de Nutrição – ivanaloraine@hotmail.com; ludmuniz@yahoo.com.br; samantamadruga@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

A segurança alimentar consiste na garantia de toda a população, ao acesso regular a alimentos de qualidade, em quantidade satisfatória, sem comprometer a obtenção de outras necessidades essenciais, tendo como base, práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a aspectos culturais e econômicos e sejam socialmente sustentáveis (BRASIL, 2004).

Nesse sentido, a falta dessa garantia caracteriza a insegurança alimentar, e como exemplos, destacam-se a fome, as doenças associadas à má alimentação, como desnutrição e obesidade, e a ingestão de alimentos de qualidade duvidosa (BRASIL, 2004).

Assim, com o intuito de promover a segurança alimentar, a mensuração da insegurança tem sido inserida no monitoramento das iniquidades em saúde. Foi realizado um estudo, em 2003, que adaptou e validou para a realidade sócio cultural brasileira, uma escala de avaliação direta da segurança e da insegurança alimentar, a qual foi desenvolvida nos Estados Unidos. Esta, chamada de Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), é utilizada, ora como indicador apropriado e validado para as políticas de combate à insegurança alimentar e fome, ora para propósitos acadêmicos, atestando sua importância para a construção de recursos humanos envolvidos com o empenho de combater as desigualdades sociais no país (VIANNA; SEGAL-CORRÊA, 2008)

A EBIA é utilizada de forma complementar aos indicadores sociais ou mesmo sozinha, com o objetivo de detectar grupos vulneráveis, em que a insegurança pode caracterizar desde a preocupação e a angústia sobre não ter certeza da disponibilidade da comida até a falta de alimentos no domicílio (SANTOS et al., 2010). Recentemente, POZZA et al. (2014) propuseram duas versões curtas da EBIA e obtiveram boa concordância para uma escala curta composta de apenas cinco questões.

O uso da escala vem permitindo o desenvolvimento de diversos inquéritos que descreveram a frequência de insegurança alimentar na população brasileira. A Pesquisa Nacional por Amostras Domiciliares (PNAD) identificou que 30,2% da população brasileira apresentaram insegurança alimentar nos domicílios. Já no Estado do Rio Grande do Sul a prevalência foi de 25%, representando um importante problema de saúde pública na área de alimentação e nutrição (VIANNA; SEGAL-CORRÊA, 2008; INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011).

Em Pelotas, no Rio Grande do Sul, a prevalência de insegurança alimentar na zona urbana, encontrada no estudo de SANTOS et al. (2010) foi de 15% e foi

fortemente relacionada com a aglomeração familiar. Contudo, não existem dados disponíveis na literatura sobre as condições de insegurança alimentar da população residente nas zonas rurais de Pelotas.

Sendo assim, o objetivo deste estudo foi descrever a prevalência de insegurança alimentar nos domicílios dos escolares matriculados em uma escola da zona rural do município de Pelotas, Rio Grande do Sul.

2. METODOLOGIA

Foi realizado um estudo transversal descritivo em escolares do 1º ao 5º ano e seus pais e/ou responsáveis em uma escola municipal localizada na zona rural do município de Pelotas/RS.

A coleta de dados realizou-se entre março e abril de 2015 por entrevistadores treinados, selecionados entre os acadêmicos da Faculdade de Nutrição, da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), através do projeto “Censo Rural da Rede Municipal de Ensino, Pelotas, RS”. Numa reunião no início do ano letivo, os pais e/ou responsáveis que assentiram participar, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), preencheram dados em questionário auto aplicado. Para aqueles ausentes nessa reunião foi enviada uma carta convite contendo a explicação do estudo e o questionário, o qual depois de preenchido foi devolvido à escola.

O instrumento continha as seguintes variáveis independentes sócio demográficas como sexo (masculino ou feminino), idade (em anos completos), cor da pele (branca ou não branca), escolaridade e situação conjugal (casado ou solteiro). O desfecho – insegurança alimentar - foi avaliado a partir da versão curta da EBIA, contendo cinco questões referentes aos 12 meses anteriores à entrevista por pais e/ou responsáveis dos escolares e que eram responsáveis pelo preparo das refeições. Essas assertivas eram relacionadas à preocupação do responsável de que a comida acabasse antes que a família tivesse condições financeiras de realizar nova compra, ainda se o responsável ficou sem dinheiro para obter uma alimentação saudável e variada, se algum adulto da casa diminuiu a quantidade de alimentos ou pulou alguma refeição porque não havia dinheiro suficiente para comprar a comida, e por fim, se alguma vez o responsável comeu menos do que devia porque não havia dinheiro suficiente para comprar comida. A escala gera um escore que varia de zero a cinco. O escore é calculado pela soma desses pontos, considerando com segurança alimentar aquelas famílias que responderam não a todas as perguntas, e insegurança alimentar, aquelas famílias que responderam sim a uma ou mais questões (POZZA et al., 2014).

Os dados coletados foram duplamente digitados no programa EpiData 3.1 e posteriormente analisados no programa Stata 13.0.

O projeto de pesquisa foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pelotas, sob parecer 950.128. Previamente, o projeto foi aprovado e obteve apoio da Secretaria Municipal de Educação e Desporto para realização deste trabalho dentro do ambiente escolar. Participaram do estudo apenas aqueles pais e/ou responsáveis que entregaram o TCLE assinado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em um total de 33 pais e/ou responsáveis, 27 deles responderam ao questionário sócio demográfico e quatro não responderam às perguntas referentes à escala curta da EBIA provavelmente por não serem responsáveis

pelo preparo da alimentação familiar. Do total de pais e/ou responsáveis que responderam o questionário da versão curta da EBIA, 69,6% eram do sexo feminino e 95,7% de cor branca. Dos entrevistados, 95,5% afirmaram morar com companheiros ou serem casados e 63,6% referiram ter mais de quatro anos de estudo. A Tabela 1 apresenta a caracterização da amostra conforme a insegurança alimentar nos domicílios de pais e/ou responsáveis dos escolares. Dentre os domicílios de pais e/ou responsáveis dos escolares deste estudo, 35% das famílias encontravam-se em insegurança alimentar.

Salienta-se, que a coleta de dados ainda esta em andamento.

Tabela 1. Prevalência de insegurança alimentar conforme características do pai e/ou responsável pelo preparo da alimentação da família, em domicílios de escolares, matriculados em uma escola da zona rural do município de Pelotas, Rio Grande do Sul. (n=23).2015.

Características do pai e/ou responsável	Insegurança alimentar	
	n	P (%)
Total	8	35
Sexo		
Masculino	1	12,5
Feminino	7	87,5
Escolaridade		
Até quatro anos de estudo	2	28,6
Acima de quatro anos de estudo	5	71,4
Cor da pele		
Branca	7	87,5
Não branca	1	12,5
Situação conjugal		
Casado ou com companheiro	7	100
Solteiro	0	0

Um estudo realizado no mesmo município da presente pesquisa, porém, em zona urbana e com famílias de baixa renda, mostrou que 58% dos domicílios apresentaram insegurança alimentar (POZZA et al., 2014) se mostrando superiores as do estudo atual.

Dados de insegurança alimentar coletados na Pesquisa Nacional por Amostras Domiciliares, a partir da versão longa da EBIA, demonstrou que 5,6% dos domicílios urbanos e 4,4% dos rurais apresentaram algum grau de insegurança alimentar na região Sul do Brasil (IBGE, 2011). Em estudo com famílias de crianças pré-escolares residentes na zona rural de Maranguape-CE, que utilizou a EBIA versão longa, demonstrou que 88% dos domicílios estavam em insegurança alimentar.

No presente estudo, dentre os domicílios em situação de insegurança alimentar, a maioria dos pais e/ou responsáveis pelos escolares eram do sexo feminino, tinham mais de quatro anos de estudo, cor da pele branca e todos eram casados ou tinham companheiro. Um dado em especial, é o fato que dentre os domicílios em insegurança, o chefe da família, é do sexo feminino. Alguns dados que corroboram com esta afirmativa encontraram prevalências menores de segurança alimentar em famílias chefiadas por mulheres (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2011). Outro estudo associou a baixa escolaridade do responsável da família, ao maior número de moradores no domicílio e a baixa renda familiar com maior chance de famílias de pré-escolares moradores da zona rural estarem em insegurança alimentar (AIRES et al., 2012).

Considerando a variável escolaridade, onde o indivíduo apresente acima de quatro anos de estudo, os resultados achados neste estudo, foram de 71,4%, indo assim ao encontro dos achados de FACCHINI et al. (2014), os quais utilizando a escala completa da EBIA, demonstraram uma prevalência de 89% de I.A.

4. CONCLUSÕES

Com base nos dados apresentados neste trabalho, apesar da pequena amostra, conclui-se que a prevalência de insegurança alimentar é elevada em famílias de escolares residentes na zona rural de Pelotas/RS. São necessários novos e aprofundados estudos sobre a insegurança alimentar nesta população, para que seja possível o planejamento e implementação de ações que visem a minimização das desigualdades sociais e a melhoria deste panorama nutricional.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, J. S. et al. Segurança alimentar em famílias de pré-escolares de uma zona rural do Ceará. **Acta paul. enferm**, v. 25, n.1, p. 102-108, 2012.

BRASIL. **Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Relatório Final da II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Olinda, PE, 2004.

FACCHINI, L. A. et al. Insegurança alimentar no Nordeste e Sul do Brasil: magnitude, fatores associados e padrões de renda per capita para redução das iniquidades. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 161-174, , jan. 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, Segurança Alimentar 2004, Rio de Janeiro; Instituto Brasileiro de Pesquisa e Estatística, 2011.

POZZA, L. S. et AL. Proposta de versão curta da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar. **Rev. Saúde Pública** v. 48, n. 5, p. 783-789, 2014.

SANTOS, J. V. S.; GIGANTE, D. P.; DOMINGUES, M. R. Prevalência de insegurança alimentar em Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil, e estado nutricional de indivíduos que vivem nessa condição. **Cad Saúde Publica**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 41-49, jan. 2010.

VIANNA, R. P. T.; SEGAL- CORRÊA, A. M. Insegurança alimentar das famílias residentes em municípios do interior do estado da Paraíba, Brasil. **Rev. Nutr**, v. 21, n. supl, p. 111s-122s, 2008.